

CEE quer fixar o índice escolar

Educação

19 ABR 1987



Para os pais, expectativa

Se depender das pretensões da presidente do Conselho Estadual de Educação, os pais de alunos de estabelecimentos particulares já podem começar a respirar mais aliviados: Maria Aparecida Tamasso Garcia quer ter, ainda esta semana, uma solução para o impasse criado no início do ano, quando o Ministério da Educação anunciou que a semestralidade das escolas particulares seria reajustada em 35%. A medida não satisfez aos donos de escolas, que alegaram não ter condições de manter abertos seus estabelecimentos no próximo semestre.

Em contrapartida, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, Siesesp, desobedecendo a determinação do MEC, sugeriu às escolas um reajuste semestral da ordem de 100,6%, medida que lotou a Sunab de denúncias tanto de pais quanto de alunos, atingidos com estes aumentos abusivos. E para resolver a situação, só há, segundo parecer da titular do CEE, três opções, a saber: índice fixado pelo Conselho Estadual, liberdade vigiada de preços de acordo com as planilhas de custo e análise, caso por caso, dos pedidos de reajustes especiais — passíveis de controvérsia, com dificuldades e vantagens.

Em uma rápida análise, Maria Aparecida reconhece, porém, a inviabilidade, nas atuais condições, da última opção: "É óbvio que nenhuma escola vai ficar apenas com os 35%. Todas as 4.400 irão pedir reajustes especiais. Se utilizarmos a informática, levaremos 60 dias para analisar os processos".

Também não parece viável a alternativa de o CEE fixar um percentual, pois "um índice alto pode satisfazer o mantenedor, que não vai recorrer ao reajuste especial, mas certamente não será aceito pela comunidade escolar. Pensar mais no usuário e fixar um índice mais baixo vai gerar uma série de pedidos das escolas. Então o preço deveria ser livre — mas tutelado pelo CEE", explica Maria Aparecida.

A solução seria, em sua opinião, a suspensão do mandado de segurança impetrado pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino contra a

instalação da comissão de encargos educacionais: "Se ela já tivesse sido instalada nada disso estaria acontecendo", acredita a presidenta do CEE, porque os pedidos de reajuste especial já estariam sendo analisados e a fiscalização nas escolas que estariam cobrando aumentos abusivos seria mais efetiva. Até mesmo as discussões preliminares sobre a definição do reajuste para o segundo semestre poderiam estar ocorrendo.

Mas, se a solução depender da retirada do mandado de segurança impetrado pelo Siesesp, é melhor que se busquem outras alternativas, pois o presidente do órgão, José Aurélio de Camargo, garantiu que não vai retirá-lo, aguardando o julgamento, que se realiza na terça-feira.

Ele acredita que ocorra decurso de prazo quanto à deliberação do Conselho liberando os preços de acordo com as planilhas de custo, aprovada há quase um mês. Encaminhada para homologação ao secretário da Educação, Chopin Tavares de Lima devolveu o processo ao CEE, depois de submetê-la à análise de sua consultoria jurídica.

Se até o dia 29 nenhuma outra medida for adotada, a indicação está aprovada. Até esta data, porém, a presidenta do Conselho espera que já tenha sido instalada a comissão de encargos educacionais, ou que uma outra comissão do CEE, assessorada por representantes de entidades estudantis, Sunab, MEC, Secretaria da Educação, pais de alunos e sindicato patronal, se tenha reunido e apresente uma solução para o quadro.

Para o delegado-regional do MEC em São Paulo, Nélson Boni, as escolas devem cobrar só 35% e negociar com os pais mais 15%. E adverte: "Tudo o que cobrarem a mais é irregular". Destacou que o MEC "não quer radicalizar", mas reconheceu que este índice foi fixado "num contexto que não é o de hoje". Enquanto durar o impasse, que já se estende à metade do primeiro semestre de 1987, a ansiedade é muito grande. Tanto dos alunos, que já aguardam pelas férias escolares, quantos dos pais — que exigem uma definição oficial do índice da semestralidade.